

#### ATA NÚMERO TRINTA E SEIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no
Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas vinte e uma horas , a Assembleia
Municipal de Barcelos, para a realização da segunda reunião referente à sessão
ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, que foi
interrompida por iniciativa do senhor presidente da Assembleia Municipal, em
virtude de se ter ultrapassado as três horas regimentais, com a seguinte ordem
de trabalhos:
Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara a solicitar: a)
autorização para a aquisição de setenta e quatro fogos habitacionais, ao abrigo
da segunda Oferta Pública de Aquisição de imóveis no âmbito do Programa
Primeiro Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-CO
dois-i zero um – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação
segunda Republicação numero zero um/CO dois -i zero um/dois mil e vinte um -
Componente zero dois – Habitação; b) aprovação das peças referentes à segunda
Oferta Pública de Aquisição, designadamente programa/caderno de encargos e
edital; c) delegação na Câmara Municipal das competências para a concretização
de todos os procedimentos conducentes até à conclusão da segunda Oferta
Pública de Aquisição;
Ponto nove — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias do concelho
de Barcelos;
Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
celebração de Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa
Municipal de Educação e Cultura de Barcelos:



Ponto onze - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
eliminação da via prevista para a freguesia de Cristelo e respetiva
alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal
(processo camarário oitocentos e seis/setenta e nove-R);
Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização para a constituição da Associação de Municípios Portugueses
do Cavalo, bem como a aprovação dos respetivos estatutos;
Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Associação de
Turismo do Porto e Norte de Portugal;
Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
referente à composição do júri de recrutamento e seleção do cargo de direção
intermédia de segundo grau de Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, a
prover na autarquia;
Ponto quinze – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara
Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município
Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes,
nomeadamente:
Abel da Silva Sá, Adelino Lima da Silva Fernandes, Agostinho Martins da
Silva, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro,
Ângela Flávia da Silva Sousa, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves,
António Fernandes Jardim, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira,
Armindo Manuel da Costa Vilas Boas, Augusto Fonseca da Silva Dias, Bruno André
Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carlos Miguel da Silva Dantas,
Cristiana Carneiro Faria, Daniel Fernandes Azevedo, Daniela Filipa Teixeira
Ferreira, David Alberto Lemos de Sousa, David José Falcão Torres, Domingos
Alberto Meneses Costa, Domingos Pereira de Araújo, Emílio Carlos Crespo Santos



Rego, Fernando Jorge Ramos Lima, Fernando Santos Pereira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Albino Gomes Lopes, Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Maurício Campos Barros, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, José António Gomes Coelho, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Cardoso Rodrigues, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Carlos da Silva Brito, José Casanova Ferreira, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Neiva Dias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Liliana Carina Barreiro Faria, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel da Cruz Duarte Cardoso, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel Oliveira Gomes, Manuel Simões Correia, Marcos António Silva, Maria Arminda Silva Cruz, Maria da Conceição da Costa Araújo, Maria Elisabete Barreto da Silva, Maria Elisabete Fernandes da Cunha, Maria de Fátima Ferreira Faria, Maria Isabel Sá Venda, Maria José Correia Simões, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Marisa Alexandra da Silva Pereira, Miguel Ângelo Silva Pereira, Miguel Jorge da Costa Gomes, Nuno Miguel Machado Martins, Patrick Silva Sousa, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Alexandre Magalhães Alves, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Filipe Soares de Sousa, Ricardo Bruno Ferreira de



Vasconcelos, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rosa Ângela Fernandes Macedo, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel Dias Faria, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristina Ferreira Simões, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Sebastião Lemos Ferreira, Suse Paula Varzim Mendes, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Tânia Isabel Vilaça Lopes, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Vítor António Martins Ferreira.----------Faltaram os seguintes membros:------Faltaram os seguintes membros:---------------Armando Ricardo Pereira Costa, Carlos Alberto da Silva Gomes, Catarina Marina Faria Duarte, Clara Magda Ribeiro Barbosa, David José Pereira de Carvalho, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, Jorge César Fernandes da Silva, Liliana Cristina da Costa Faria, Miguel Afonso Neves Gonçalves da Silva Martins, Natalina de Sá.------PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos dar início, então, à segunda reunião da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. Declaro aberta a segunda reunião e vamos, precisamente, retomar a ordem de trabalhos no ponto em que ficámos.----------O ponto seguinte, que era o ponto oito: discussão e votação da proposta da Câmara a solicitar: a) Autorização para a aquisição de setenta e quatro fogos habitacionais, ao abrigo da segunda Oferta Pública de Aquisição de imóveis no âmbito do Programa Primeiro Direito/Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), investimento RE-CO dois-i zero um – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação segunda Republicação número zero um/CO dois-i zero um/dois mil e vinte e um – Componente zero dois – Habitação; b) aprovação das peças referentes à Segunda Oferta Pública de Aquisição, designadamente programa/caderno de encargos e edital; c) delegação na Câmara Municipal das



competências para a concretização de todos os procedimentos conducentes até
à conclusão da Segunda Oferta Pública de Aquisição
Iríamos, então, dar início ao debate sobre este ponto. Pedia aos senhores
deputados que desejassem intervir que fizessem o favor de se inscrever
Estão abertas as inscrições
Estão registadas as seguintes inscrições dos senhores deputados: Nuno
Marins, Rosa Macedo, José Rosa, José Maria Cardoso, Firmino Silva e Tiago Dias
Mais ninguém deseja inscrever-se?
Estão encerradas as inscrições
Senhor deputado Nuno Martins, tenha a palavrar se faz favor
<b>DEPUTADO DO PS – Nuno Martins –</b> Senhor Presidente da Assembleia, Senhora
Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora e Senhores
Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores
Deputados, Minha Senhoras e Meus Senhores
Na sessão de ontem, muito ouvimos falar em planeamento, em
capacidade de execução de projetos estruturantes
E ouvimos também que o endividamento do município em mais vinte e
cinco milhões de euros é fruto, precisamente, dessa mesma capacidade
estratégica, de planeamento e de execução
Mas, na verdade, hoje cá estamos, uma vez mais, a discutir o tema da
habitação, um dos maiores flagelos da sociedade atual
E o que a gestão da habitação em Barcelos nos demonstra é, precisamente,
o oposto daquilo que ouvimos aqui ontem da parte do senhor presidente e de
alguns deputados
O que vemos a respeito da habitação é que o senhor presidente não teve,
nem tem, a capacidade política de planear e de executar quarenta e dois milhões
de euros financiados a cem por cento



Esta é que é a realidade: O executivo não consegue executar quarenta e
dois milhões de euros atribuídos a Barcelos para investimento em habitação, sem
necessidade de contrair empréstimos, bastando capacidade de executar
E convém recordar que passaram já quase quatro anos desde a aprovação
da primeira versão da Estratégia Local de Habitação, em julho de dois mil e vinte
e um, e o grau de execução do município é residual
O Partido Socialista, bem como outros partidos, já questionou o executivo
e demonstrou a sua preocupação com a falta de execução da estratégia local de
habitação, considerando que o financiamento a cem por cento via PRR implica
que as habitações estejam concluídas até vinte e seis de junho de dois mil e vinte
e seis
Após essa data e até dezembro de dois mil e vinte e seis, o financiamento
será de apenas oitenta e cinco por cento
Além destas datas, quando as soluções habitacionais sejam concluídas até
trinta e um de dezembro de dois mil e trinta a eventual comparticipação já será
de apenas sessenta por cento, de acordo com o decreto lei do atual governo
Quando nos encontramos hoje, nesta Assembleia, a discutir uma segunda
Oferta Pública de Aquisição de setenta e quatro fogos habitacionais, a executar
num prazo inferior a um ano e meio, não poderíamos deixar de reiterar a nossa
preocupação com a falta de execução da Estratégia Local de Habitação e dos
quarenta e dois milhões de euros que lhe estão destinados
À data de hoje, que seja do conhecimento público, não foi ainda entregue
uma única casa às famílias carenciadas
E se, quase quatro anos depois da primeira versão da Estratégia Local de
Habitação ser aprovada a realidade é esta, como poderemos acreditar que, em
menos de um ano e meio serão executadas as setenta e quatro habitações hoje
agui em apreco?



Será que, daqui a um ano, vamos voltar a ouvir que a culpa é da ausência
de construtores?
Senhoras e senhores deputados, o Executivo não tem sido diligente na
execução da Estratégia Local de Habitação, colocando em risco sério a sua
concretização
Tal como já o referimos anteriormente, é cada vez mais improvável que
este executivo consiga executar os quarenta e dois milhões de euros financiados
a cem por cento via PRR para habitação, coartando várias famílias carenciadas de
Barcelos do direito ao acesso a uma habitação digna
Senhoras e Senhores deputados, planear e executar a estratégia local de
habitação, isso sim, seria estrutural para o concelho
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra
a senhora deputada Rosa Macedo do grupo parlamentar, do Partido Social
Democrata
<b>DEPUTADA DO PSD – Rosa Macedo –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa
da Assembleia, Senhora e Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara, Senhora e Senhores Vereadores, Excelentíssimos
Senhores Presidentes e Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimas e
Excelentíssimos Senhores Deputados, Público aqui presente, que nos assiste via
web e Comunicação Social
A todos, muito boa noite
É importante percebermos e estarmos atentos aos pontos que nos são
colocados a analisar nas Assembleias Municipais. Porque uma coisa é utilizar
todos os pontos para fazer campanha contra o partido que está atualmente em
vigor, outra coisa é realmente construirmos algo de novo com as intervenções
que aqui vimos fazer ao público. Por isso, é importante percebermos o ponto que



estamos aqui a analisar
Relativamente ao ponto aqui em análise, a bancada parlamentar do PSD
irá votar favoravelmente, como é óbvio
Estamos a falar de habitação para a população, por isso não podíamos ficar
indiferentes à aprovação deste ponto para a aquisição das setenta e quatro
habitações
Falamos em aprovar uma solução que o município arranjou para a
aquisição de setenta e quatro fogos habitacionais ao abrigo de uma segunda
oferta pública de aquisição dos imóveis
Estamos a falar de uma segunda oferta pública que está dentro do
Programa Primeiro Direito
O Programa Primeiro Direito é um programa que ajuda os municípios
relativamente ao financiamento e ao cofinanciamento para responder às
necessidades habitacionais
Não é o programa que decide onde é que o município vai adquirir os
imóveis. Ou seja, nós estamos aqui a falar de duas realidades
Estamos a falar de uma realidade do Estado, que quer realmente apoiar e
combater o problema da habitação, e estamos a falar de uma realidade local, que
é descobrir os melhores territórios, descobrir os melhores fogos para podermos
aplicar lá as verbas que o Estado está a disponibilizar
Por isso, aqui referimo-nos ao esforço do município em encontrar um novo
procedimento para a aquisição de setenta e quatro fogos, tendo em conta que,
no primeiro prazo de candidatura, todos os cinco que se candidataram houve
percalços, houve atrasos, houve condicionantes que não estavam previstas, que
fizeram com que uns recuassem e outros dissessem que não teriam tempo para
terminar a obra dentro do prazo que o Primeiro Direito estava a impor
Por isso, uma vez que anteriormente vimos o esforço do município em



efetivar essas candidaturas e voltamos a ver o esforço do município em continuar
a lutar para conseguir oferecer ao nosso concelho setenta e quatro habitações
para as famílias carenciadas, acho que é de bom tom nós refletirmos sobre isso,
sobre o ponto que estamos aqui a analisar e realmente aprovarmos este ponto,
e realmente valorizar o esforço que o município está a fazer
Disse
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada
Tem, agora, a palavra o senhor deputado José Rosa, do grupo Todos
Barcelos
<b>DEPUTADO DO TB – José Rosa –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia
Municipal e restante mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
restante Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Este tipo de aquisição deve ser visto e encarado como um investimento a
médio-longo prazo, garantindo a estabilidade do mercado local da habitação e
permitindo à autarquia mais oferta a preços acessíveis para famílias de baixos
rendimentos e/ou em situações de vulnerabilidade social. O que isto representa
é aquilo que foi falado ontem, que é um contributo para o combate à
desigualdade social
Alguns dados estatísticos interessantes sobre a problemática da habitação
têm a ver não só com a escassez da habitação, mas também com a qualidade
Se considerarmos apenas os problemas relacionados com as instalações
sanitárias e a qualidade das estruturas físicas básicas do alojamento, ou seja,
teto, paredes, soalho, janelas, observou-se, segundo o estudo do INE, que trinta
e três por cento da população vivia, em dois mil e vinte e três, com privação em
pelo menos um destes itens
A Pordata publicou um estudo e concluiu que a percentagem da população
que vive em alojamentos com más condições, em Portugal, em dois mil e vinte e



# três, é de vinte e nove por cento. Curiosamente, na União Europeia, só há um país atrás de nós, que é Chipre, com trinta e um vírgula seis por cento.----------Em dois mil e vinte e três, doze vírgula nove por cento das pessoas viviam em alojamentos em que o número de divisões habitáveis, ou seja, igual ou superior a quatro metros quadrados, era insuficiente para o agregado familiar.-------O INE concluiu, por outro lado, que trinta e seis vírgula quatro por cento da população vivia em situação de subocupação, ou seja, os alojamentos eram mais do que suficientes para as necessidades dos membros do agregado familiar, afetando principalmente a população mais idosa, cinquenta e seis vírgula dois por cento.----------Ora, isto, apesar do problema, pode representar uma oportunidade. Uma oportunidade para adotarmos o modelo de coabitação, chamado de coabitação intergeracional.----------No fundo, é termos um modelo com regras claras e com critérios bem definidos, em que a pessoa idosa partilha a casa com um jovem trabalhador ou estudante. O que é que isto representa? É uma relação, como se diz na gíria, winwin. Ou seja, combatemos o isolamento social da pessoa idosa, que passa a ter apoio e companhia, e permitimos aos jovens habitação condigna a preços acessíveis.----------E termino com alguns dados relativos ao PRR para este tema.-----------O PRR contempla uma verba de um vírgula dois mil milhões, mais trocos. O top cinco dos municípios que mais dinheiro receberam são Lisboa, Setúbal, Oeiras, Matosinhos e Coimbra.----------E uma pergunta à autarquia, se for possível:-----E -----Quanto é que a autarquia investiu até agora na estratégia da habitação?-------Estas setenta e quatro habitações, fruto desta OPA, são para juntar às cento e vinte e seis do ano passado, que custaram três vírgula oito milhões.-----



Custaram ou foi um investimento?
Gostaria de saber em que ponto estão estas habitações? Qual é a
estimativa ou horizonte temporal para a sua entrega às pessoas?
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBELEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Agora, tem a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do grupo
municipal do Bloco de Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso –</b> Muito obrigado, senhor presidente
Os meus cumprimentos à Senhora Secretária, ao Senhor Secretário,
Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e
Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, quem nos vê e acompanha
via web e todos os presentes
Este tema é deveras importante para fazer algumas considerações e,
independentemente das posições político-partidárias que possamos ter, há aqui
um objetivo e um interesse comum que deve ser tido sempre em atenção e que
deve, no fundo, orientar a nossa perspetiva de intervenção política e, neste caso,
muito social
O Primeiro Direito começa logo por dizer que é um programa de apoio
público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em
condições indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o
custo do acesso a uma habitação adequada
Daí resulta que qualquer iniciativa que se possa tomar no âmbito deste
Primeiro Direito é, de todo, favorável e sobre a qual nós, Bloco de Esquerda, não
temos qualquer problema em apoiar
Por isso, consideramos que compete inclusivamente ao Estado, por meio
destes programas e de outras formas de intervenção. Compete muito às
autarquias ser uma espécie do gestor de custos controlados, ser a forma de



combate à especulação, que é aquilo que tem dominado e que domina o mercado imobiliário e que é resultado daquilo que nós vemos diariamente: especulação e de criação de condições de inacessibilidade para a maior parte dos portugueses, ou para uma boa parte dos portugueses, para a sua habitação, seja ela alugada, seja ela própria.----------Queria dizer que nós somos favoráveis a esta proposta e achamos que é uma proposta que faz sentido, pelo número de fogos habitacionais e pela forma como é feita. Ou seja, ao dizer-se que é uma aquisição, uma espécie de reabilitação, isso é muito importante, porque, na verdade, não estamos a construir de novo.----------Ainda ontem discutíamos, sobre proposta do Bloco de Esquerda, a questão da lei dos solos, que é precisamente o facto, não na maior parte dos casos, não há necessidade de novas casas, não há necessidade de novas construções. Há, necessidade de saber aproveitar as construções que existem.-----------Há uma frase célebre sobre esta situação que diz: "tanta casa para morar, tanta casa para ter gente e tanta gente sem casa."-----------Portanto, esta perspetiva, para nós, é importante, e é uma iniciativa que merece da nossa parte o apoio.----------Independentemente disso, não deixamos de ter algumas críticas em relação à Estratégia Local de Habitação. Já na altura a achamos e considerámos pouco ambiciosa e, depois, tinha para soluções habitacionais previstas, e eu gostava de perguntar qual é o ponto de situação.-----------Dentro daquilo que eram os trezentos e oitenta e nove agregados identificados pelos inquéritos com necessidades de nova habitação ou de habitação condigna, qual é o ponto de situação? Quem é que está ou não, neste momento, a usufruir destes programas que têm sido elaborados e daquilo que já foi apresentado o ano passado?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPALCreio eu, a estratégia tem sensivelmente três anos. O que é que daí
resultou neste período de tempo? Que fez com que, na verdade, houvesse uma
resposta em relação àquilo que é pretendido
Por outro lado, qual é o cofinanciamento deste investimento?
Nomeadamente, de programas comunitários, que muitos deles se debruçam e
têm como âmbito de intervenção precisamente esta forma de criar melhores
condições para diminuir investimento e amortizar o investimento que as
autarquias vão fazendo, e outras autarquias já o fazem e fazem-no com alguma
frequência, e é de todo importante sabermos qual é o ponto de situação em
Barcelos sobre este caso
Muito obrigado
<b>PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA</b> – Senhor deputado, muito obrigado. Tem, agora, a
palavra o senhor deputado Firmino Silva, do grupo municipal CDS-PP
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus
<b>DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.————————————————————————————————————
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.————————————————————————————————————
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.————————————————————————————————————
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e respetiva mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL pública de aquisição, para aquisição de setenta e quatro fogos, sendo esta uma medida ágil e transparente, permitindo que as soluções habitacionais possam ser concretizadas os mais rapidamente possível e, assim, ser garantida a maior percentagem de financiamento.----------Trata-se de uma medida de boa gestão política, mas sobretudo, uma oportunidade para os mais rapidamente possível podermos efetivar uma resposta tão ansiada pelos barcelenses.----------Confiamos no trabalho do executivo municipal e reconhecemos todo o trabalho e esforço feito nesta matéria, que, sublinhamos, é de grande complexidade, exigência e pautado por múltiplos constrangimentos.-----------Acreditamos que muito em breve, os agregados que vivem em condições habitacionais indignas e sem meios financeiros para as ultrapassar, poderão desta importante resposta, que contribuirá para melhorar significativamente a sua qualidade de vida.----------O CDS votará favoravelmente a presente proposta.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Tem, agora, a palavra o senhor deputado independente Tiago Dias.-----**DEPUTADO IND – Tiago Dias –** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e restante mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----------O BTF, por várias vezes, afirmou nesta Assembleia Municipal sobre a complexidade na aplicação do Programa Primeiro Direito e do seu escasso período temporal para a sua execução, que durará até à plena execução do PRR.------Também dissemos que a forma mais confortável para o governo de então seria a transferência das responsabilidades para os municípios, uma vez que tinha a perfeita noção das dificuldades existentes na sua aplicação.-----



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL ------Foi por esta razão que este executivo r

camarária de quinze de janeiro de dois mil e vinte e quatro, há mais de um ano,
e na sessão desta Assembleia de vinte e um de fevereiro do mesmo ano, a
primeira oferta pública de aquisição de cento e vinte e seis fogos habitacionais
Portanto, o executivo municipal e esta Assembleia Municipal fizeram o seu
trabalho com dedicação e eficiência, de acordo com as suas competências e
instrumentos para esse fim
Pelo que observamos, a oferta pública de aquisição não atingiu os seus
objetivos como era esperado, por uma razão muito simples: a rigidez do
programa, o seu baixo custo, a burocracia existente e o período temporal, que
não são determinados pelo Governo, e muito menos pelos municípios, mas sim
pelo próprio mercado
Por isso, é trazida de novo a esta Assembleia Municipal a segunda oferta
pública de aquisição de setenta e quatro fogos habitacionais, nos mesmos termos
e condições do Programa Primeiro Direito, no âmbito do PRR, por falta de
resposta na primeira oferta pública
O que esperamos é que o mercado corresponda ao meritório trabalho
desenvolvido por este executivo e na expectativa de ser ainda possível a
construção das habitações nesta segunda oferta pública de aquisição, para
colmatar a insuficiente resposta do mercado na primeira oferta pública de dois
mil e vinte e quatro, conseguindo, no entanto, a contratualização em curso para
a aquisição das trinta e seis habitações, com a adjudicação a um operador
concorrente na primeira oferta pública
Neste modo, votaremos favoravelmente a proposta oito da ordem do dia
Muito obrigado



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor presidente da Câmara para intervir, faz
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Cumprimento o Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Caras e
Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de
Freguesias, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Excelentíssimo Público, Comunicação Social
Este tema da habitação é um tema sensível e importante. Na verdade, o
que nós trazemos aqui hoje é, mais uma vez, uma tentativa de conseguirmos,
dentro de um prazo que todos sabemos que é um prazo apertado, concretizar a
aquisição das habitações que foram pensadas e necessárias para acorrer a todo
o levantamento que foi efetuado, para podermos ter efetivamente pessoas a
viver com mais dignidade
Mas importa aqui, até porque foram feitas algumas referências ao lado da
proposta que estamos a discutir, o que estamos aqui a discutir é só a OPA, ou
seja, a Oferta Pública de Aquisição, no sentido de percebermos se o mercado tem,
efetivamente, em condições e em tempo de poder responder às necessidades
que nós detetámos
Mas, como foram abordados outros assuntos, quero recordar o seguinte:
na verdade, os quarenta e dois milhões de euros, aqui falados pelo senhor
deputado Nuno Martins, tem a ver com uma candidatura efetuada pelo executivo
dentro do prazo, trinta e um de março de dois mil e vinte e quatro. Era o prazo
que tínhamos para entregar. Mas, ao contrário como aqui foi dito e muito bem
pelo senhor deputado Rosa, do Todos Barcelos, nós não tínhamos a capacidade,
como Lisboa, Setúbal, Oeiras, Cascais, de já ter em processos de andamento as
obras



Cascais, Lisboa e Setúbal consumiram os vinte e seis mil fogos que estavam
previstos neste programa do PRR, no governo anterior do Partido Socialista. E o
que é que aconteceu? Em junho de vinte e quatro, todos ou quase todos os
municípios ficaram na expectativa de "sim/não as candidaturas vão ser aprovadas
e vai ou não haver financiamento". Só havia financiamento para as vinte e seis
mil habitações. Depois, este governo ampliou esta rede para cinquenta e nove
mil fogos, e aí couberam, efetivamente, as outras autarquias todas
Naturalmente, nós não tínhamos capacidade financeira para ir avançando
relativamente à nossa candidatura. Daí este lapso de tempo e daí também termos
perdido a oportunidade, pelo menos um dos concorrentes da OPA, ter desistido
por falta manifesta de tempo
Mas, só em setembro de vinte e quatro, é que com o despacho do atual
governo, é que foi possível, nós irmos para além de junho de vinte e seis, em
termos de conclusão das obras de habitação. O que quer dizer que nós então aí
é que tivemos finalmente o conforto para poder dizer que a nossa candidatura
tinha o correspondente financiamento, que nos garantia a possibilidade de
executar as obras
Este lapso de tempo perdido, naturalmente, criou-nos angústia e
preocupação. Não somos tolinhos; temos a noção de que o tempo era muito
reduzido. O que é que esta OPA vem tentar fazer? Antecipar e corrigir esse lapso
de tempo. Espero, e estou confiante, que será possível concretizar esta OPA, que
é fundamental
Mas, para além da OPA, nós já temos em concurso:
Cambeses, com um ponto cinco milhões, para efetivamente fazer
habitação neste setor – digo Cambeses, porque vai ser em Cambeses, mas
também acorre a todas as freguesias à volta que tenham necessidade
Viatodos, com quatro ponto cinco milhões



Barqueiros, três ponto cinco milhões
Palme, quinhentos mil euros
Para além de, Campo e Vila Cova ainda não estão aprovados e, portanto,
não podemos ainda ter essa garantia. Estas já estão em procedimento concursal
Naturalmente, que esta realidade vai fazer com que, em breve prazo,
possamos ter as respostas que pretendemos
Respondendo ao senhor deputado José Maria Cardoso, efetivamente, dos
trezentos e tal agregados familiares que foram sinalizados, grande parte deles são
de intervenção direta. Ou seja, são processos em que os próprios fazem a sua
candidatura, e estão atrasados porque o IRHU não está a dar resposta de
poderem, efetivamente, corresponder aos tempos que as famílias necessitam.
Isto para aquelas famílias que vivem em condições menos próprias, mas que têm
uma habitação, portanto, são proprietários do espaço
A outra parte das habitações – ou melhor, dos agregados sinalizados – são
com estes habitações que agora estão ou em concurso nestes aglomerados que
eu dei nota, ou nesta aquisição da OPA que agora fazemos e na OPA anterior, em
que tivemos trinta habitações que já foram contratualizadas
Será esta a resposta cabal? Eventualmente não. Mas é um passo
fundamental, porque durante décadas nunca houve uma construção de um fogo
para habitação social. Se agora conseguirmos, neste lapso de tempo, encontrar
uma resposta robusta como esta que nos propomos fazer, será, efetivamente,
um passo decisivo para que todas aquelas habitações ou agregados familiares,
que sem condições dignas possam finalmente ter um espaço com a dignidade
que, efetivamente, merecem
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor presidente
Está, então, terminado o debate. Estamos em condições de votar a



proposta do ponto oito, relativa à autorização para a aquisição de setenta e
quatro fogos habitacionais, ao abrigo da segunda Oferta Publica, também em
conjunto a aprovação das peças e também a delegação da Câmara Municipal das
competências para a concretização de todos os procedimentos conducentes até
à conclusão da segunda Oferta Pública de Aquisição
Quem vota contra esta proposta da Câmara?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Um PCP)
Portanto, está aprovado por maioria
Pedia que me trouxessem o quórum para anunciar o resultado por
partido
Estão cento e nove deputados municipais em sala, portanto, uma
abstenção do Partido Comunista Português e cento e oito votos favoráveis
(quarenta e cinco PS, trinta e um PSD, dois CH, um TB, dois CDS-PP, um BE, vinte
e seis IND)
Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: Discussão e
votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de
comparticipações financeiras às Freguesias do concelho de Barcelos
Inscrições para este ponto, se faz favor
Portanto, tem inscrição o senhor deputado José Padrão, senhor deputado
José Carlos Magalhães Vilas Boas e o senhor deputado José Carlos Brito
Senhor deputado José Padrão, tenha a bonda de usar da palavra
<b>DEPUTADO DO PSD – José Padrão –</b> Senhor Presidente da Assembleia, Senhores
Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores
Deputados Municipais, Caros Colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social
Minhas Senhoras e Meus Senhores



-----Sobre o ponto nove da ordem de trabalhos – Concessão de atribuição de comparticipações financeiras às freguesias, é importante destacar que os números não mentem: estamos a falar de três ponto dois milhões de euros em deliberações que dizem respeito apenas a esta Assembleia Municipal.----------Este valor é irrefutável e representa um esforço significativo em diversas áreas, como requalificação de ruas, arranjos nas escolas, beneficiação das sedes de junta, entre outras. São intervenções que respondem às necessidades concretas das nossas populações.----------Essas comparticipações não são apenas uma resposta às necessidades locais, funcionam também como um importante motor da nossa economia local, pois muitas das obras são executadas por empresas de Barcelos, em conformidade com o Código de Procedimento e Processo Tributário. Isso garante a defesa da economia local, algo que devemos valorizar e apoiar.------------Não vale a pena insistir em argumentos e retóricas sobre eventuais distinções entre as freguesias da Coligação e do PS. Comparar o incomparável é um exercício fútil. Como qualquer pai com vários filhos, a contabilidade analítica nunca resultará em valores iguais para todos, pois cada caso tem necessidades específicas e próprias.-----------O que importa é se, no final das contas, entregamos mais ou menos comparticipações por mandato em relação ao PS. E a resposta, senhoras e senhores, é clara e inequívoca: a Coligação concedeu mais comparticipações do que o PS. Se alguém tem dúvidas, que venha aqui desmentir.----------Gostaria ainda de destacar uma importante inovação que, embora pouco comentada, tem um impacto significativo no planeamento das freguesias: a mudança na forma de atribuição das comparticipações. Deixaram de ser parceladas, passando a ser atribuídas de uma só vez. Isso é um avanço na gestão, permitindo maior previsibilidade e planeamento para os executivos de freguesia.-



Por fim, e para concluir, quero expressar a minha preocupação, que sei
que é partilhada por muitos colegas presidentes de junta. Depois da reunião de
ontem, fica a dúvida: até que horas, dia e mês os senhores deputados do PS e do
Bloco de Esquerda acham que podemos fazer obras nas freguesias, sendo um ano
de eleições?
Estávamos todos convencidos de que o mandato tinha quatro anos e que
tínhamos que trabalhar desde o primeiro até ao último dia. Mas, pelos vistos, os
senhores deputados não partilham dessa visão. A não ser que a lei tenha sido
alterada
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tema a palavra, o senhor deputado José Vilas Boas, senhor deputado
independente
<b>DEPUTADO IND – José Vilas Boas –</b> Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara e restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minha Senhoras e
Meus Senhores
É a primeira vez que intervenho nesta Assembleia Municipal e faço-o
porque falar verdade e sem medo é um imperativo da democracia
Como o é também a livre apreciação crítica de quem governa e de quem
toma decisões políticas
Vem a propósito a discussão deste ponto nove da ordem do dia, com a
atribuição de três vírgula três milhões de euros para a comparticipação financeira
às freguesias, à margem dos duzentos por cento do FEF
Confesso que fico perplexo com algumas intervenções nesta Assembleia
Municipal, quando alguém, em nome de supostos presidentes de junta,
insinuarem que este executivo faz cortes nas transferências para algumas



freguesias
Ora, de todas as deliberações que aqui têm sido trazidas, as atribuições de
verbas contemplam todas as freguesias independentemente da sua cor política e
partidária e em função das prioridades de alguns projetos mais urgentes
No meu silêncio, tenho assistido a intervenções enviesadas e até
infundadas sobre eventuais descriminações
Por isso, quero fazer um desafio aos colegas que se sintam atingidos: para
cá virem manifestar o tal descontentamento, se, entretanto, lhe for ou ter sido
negado pelo senhor presidente da Câmara sobre atendimento, que todos
reconhecem como exemplar, ou de eventual recusa em comparticipar projetos
de investimentos de forma discricionária
Da minha parte, e sem qualquer ato de submissão ou bajulação (não é esse
o meu timbre), não posso deixar de reconhecer a forma solidária, correta e
cooperante do senhor presidente da Câmara e restante vereação na relação
institucional, que tem sido exemplar
Votaremos favoravelmente o ponto nove da ordem do dia
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem agora a palavra o senhor deputado Carlos Brito, do grupo municipal
do Partido Socialista
VEREADOR DO PS – Carlos Brito – Muito boa noite
Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da
Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Barcelenses, Comunicação Social
Naturalmente, votaremos a favor da presente proposta, porque não
questionamos as comparticipações atribuídas
Parece-nos, claro que, se os senhores presidentes solicitam determinados



# investimentos para as suas freguesias, fazem-no em benefício dos seus territórios

e das suas populações.----------No entanto, não poderíamos deixar de repetir, e fá-lo-emos até à sua exaustão, que esta proposta vem, uma vez mais, demonstrar e potenciar a disparidade injustificada existente entre freguesias no que respeita aos apoios.-------É inconcebível que existam várias freguesias a receber comparticipações no montante de um milhão de euros, próximo desse valor – e volto a sublinhar que não questionamos esses apoios – e outras que receberam, neste mandato, cerca de cem mil euros, oito, nove ou dez vezes menos, apesar de se encontrarem em situação comparável, nomeadamente em termos de território e população.-------E recordo que alguns desses supostos subsídios são, na realidade, investimentos da competência da Câmara.-----------Não há justificação que possa ser ensaiada para esta discrepância.-----------E acrescento: ao contrário do que o senhor presidente afirmou na última Assembleia, quando assumiu finalmente que não cumpre os duzentos por cento do adicional, pela primeira vez, dizer aos senhores presidentes de junta que, em jeito de compensação, serão feitos investimentos casuísticos nas freguesias, em ano de eleições autárquicas, não se trata de um ato de coragem, mas de uma tentativa, mais uma, de tentar condicionar as juntas de freguesia em período préeleitoral.------eleitoral.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.---------Vamos, então, agora, senhor presidente da Câmara, para a sua intervenção, tenha a bondade.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Em si, renovo os cumprimentos a todas e a todos.----------Naturalmente que este ponto evidencia, uma vez mais, que privilegiamos



# as juntas de freguesia como os parceiros estratégicos fundamentais para, em conjunto, desenvolvermos o nosso concelho.----------Naturalmente que nós tentámos, de alguma maneira, ir ao encontro das necessidades e anseios de todos os senhores presidentes de junta, mas o orçamento é limitado e, portanto, não é possível acorrer a todos em simultâneo e no montante que, naturalmente, desejariam. Tentamos fazer algum equilíbrio e sempre com verdade, e com algum grau de equilíbrio e compromisso.----------Na verdade, não foi a primeira vez que eu disse que os duzentos por cento adicional não iam ser este ano. Foi antes do orçamento ser aprovado, foi na apresentação do orçamento, foi ontem também. Porquê? Porque quando se fala verdade, coerentemente, diz-se sempre as mesmas coisas. É uma característica de quem fala a verdade e, portanto, fi-lo de uma forma clara, transparente e inequívoca, e expliquei porquê. Não para fazer obras casuístas.----------Algumas das freguesias que não foram aqui contempladas têm obras efetivas que estão já em fase de procedimento, e outras que já foram alvo desses investimentos.----------Estou a falar da Avenida da Igreja de Roriz, que é uma pretensão há muito tempo daquela população, que foi concretizada neste mandato. Já foi inaugurada e é um exemplo de parceria bem conseguida entre a junta de freguesia e a Câmara Municipal. E, ao que julgo saber, a Junta de Freguesia de Roriz é do Partido Socialista.-----------Depois, também vai-se admirar: uma outra junta do Partido Socialista teve também uma requalificação muito importante na Avenida Central, em Creixomil, que também é do Partido Socialista. Teve essa intervenção.-----------Vai ter, está em procedimento, uma obra – também numa junta do Partido Socialista – na Avenida da Igreja, em Pereira.----------Isto são pequenos exemplos, mas mostram bem que nós temos que ter o



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL cuidado de equilibrar. E temos que, se é essa a principal preocupação daquela freguesia, nós, se damos de uma forma, não podemos depois...Temos de equilibrar. E esse equilíbrio é conseguido desta forma.----------E temos exemplos: O senhor deputado Carlos Brito esteve nos executivos socialistas e recordar-se-á de que foi exatamente no seu mandato que houve algumas freguesias que, durante quatro anos, tiveram zero. Durante quatro anos, para além dos duzentos por cento do FEF, tiveram zero.----------Quer que eu lhe enuncie?------------Carvalhal;----------No segundo mandato: Lijó, Negreiros, Alvito - a União das cinco.------------Tiveram exatamente um comportamento que nós não tivemos. Não há nenhuma freguesia que não tenha – já disse isto, já comprovei isso e já disse ao senhor presidente da Junta de Arcozelo, que era o único que estava abaixo de mais um FEF, os tais terceiros FEFs que nós tínhamos comprometido em campanha eleitoral.----------Só havia uma freguesia que este ano vai ser compensada. Aliás, já nesta proposta vem aqui uma verba para a freguesia de Arcozelo e vai haver investimento em Arcozelo.-----------Também percebi e tive pena de não ouvir o senhor presidente da Junta de Rio Côvo Santa Eugénia, porque gostava de o ouvir. O maior investimento que está a ser feito neste executivo é na sua freguesia: o fecho da circular urbana, que vai reorganizar, repavimentar e fazer melhoramentos em toda a rede viária que está adjacente ao fecho da circular, nomeadamente toda a Rua do Pinheiro.-----------Isto quer dizer que é um investimento fortíssimo. O maior investimento de sempre em rede viária feito em Barcelos, mais de oito milhões e meio de euros.------E, naturalmente, que isto tem impacto na vida do dia a dia das populações.-----



# -----Também está em fase de processo de concurso uma das ambições da junta de freguesia, que é a requalificação da escola. Está a ficar pronto para ir a concurso público e irá iniciar-se este ano a requalificação da escola. Que uma pretensão de há anos! Só agora, é que, naturalmente, depois de fazermos o projeto, podermos pôr. Se o projeto tivesse sido feito antes, já estaria em marcha. Mas o projeto tem de ser feito primeiro, temos de encontrar as soluções para depois o pôr a concurso.----------É assim que as coisas se processam e é assim que as obras podem avançar.------Portanto, há equilíbrio, há uma visão global e há o comprometimento de, com honestidade e olhos nos olhos, dizer: "Isto é possível, aquilo não é possível, aquilo vamos tentar que se consiga ser possível."------------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.-----------Vamos então passar à votação do ponto nove: Proposta da Câmara de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias do concelho de Barcelos concessão.----------Quem vota contra esta proposta?----------(Ninguém)----------Quem se abstém?----------(Uma abstenção do Bloco de Esquerda)----------Portanto, está aprovado por maioria.----------Estão cento e dez deputados em sala. Houve uma abstenção do Bloco de Esquerda e cento e nove votos a favor (quarenta e cinco PS, trinta e dois PSD, dois CH, um TB, dois CDS-PP, um PCP e vinte e seis IND).----------Está então aprovada, por maioria, a proposta da Câmara Municipal constante do ponto nove da ordem de trabalhos.-----

-----Ponto dez: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL celebração de Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos.-----------Inscrições para este ponto!-----------Quatro inscrições: senhor deputado Joaquim Barbosa, senhora deputada Teresa Campos, senhor deputado José Maria Cardoso e o senhor deputado Paulo ------Muito bem.----------Senhor deputado Joaquim Barbosa, do grupo municipal do Partido Socialista, tenha a bondade de usar da palavra.-----DEPUTADO DO PS - Joaquim Barbosa - Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados aqui presentes, Comunicação Social e Público aqui também -----Vimos, mais uma vez, através de um ritual anual, corporizar aquilo que é o modelo de dependência financeira da EMEC face ao município de Barcelos. Esta dependência tem sido histórica, não se vislumbravam até agora qualquer tipo de soluções para os problemas de viabilidade da EMEC, e estes problemas, é fácil de ver através das transferências, centram-se sobretudo na área da educação: Escola de Tecnologia e Gestão e nas AECs.----------Tudo isto seria a nossa rotina, mas, perto do Natal, foi apresentado um estudo por parte do órgão de gestão da EMEC e do município, que aponta soluções para a viabilidade da EMEC. E o estudo começa por fazer um diagnóstico que é muito negativo, nada que nos surpreenda. Mas eu diria que é mais trágico.------O estudo diz, basicamente, o seguinte: um decréscimo de treze por cento de alunos em dez anos; a escola ocupa o octogésimo quarto lugar no ranking das escolas profissionais a nível nacional e, pasme-se, dentro do concelho é a

terceira.-----



Bem longe da Profitecla, que está em vigésimo quinto lugar a nível
nacional, e da Escola Secundária Vale D´Este, em Viatodos, em quadragésimo
nono lugar
Capitais próprios negativos; tendo apresentado resultados líquidos
negativos nos últimos anos; redução de financiamento pelo facto de algumas
turmas não apresentarem o número mínimo de alunos; infraestrutura com
necessidade de melhoramentos; uma diminuição recente de alunos com impacto
já neste ano letivo. Muito preocupante!
Para este estudo, o órgão de gestão tinha indicado que estimava cem
alunos para o ano letivo dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco e, em
setembro, reportou quarenta e quatro alunos, uma diminuição de mais de
cinquenta por cento
Mas tem, como é natural, um plano de operacionalização muito exigente,
um aporte de capital por parte do acionista não inferior a um quatro milhões de
euros e, sobretudo, um montante de cortes muito substanciais, essencialmente
relacionado com os custos fixos e, designadamente, deduz-se também no
pessoal
E, portanto, a continuidade das operações está também dependente de
poupanças, de cortes: já cento e cinquenta mil em dois mil e vinte e cinco e
cinquenta mil em dois mil e vinte e sete
E tudo isto para a sobrevivência anda em torno da captação de alunos,
estimam em cinco por cento ao ano, e também num conjunto muito vasto de
atividades que o órgão de gestão terá que desenvolver precisamente para captar
estes alunos
E a minha pergunta é, senhor presidente: revê-se neste estudo? O
município e o órgão de gestão da EMEC validam este estudo? Estão empenhados
e têm vontade na sua implementação?



Já agora, quais são os resultados? Se tiverem implementado, que já se
vislumbram, designadamente para o próximo ano letivo!
Em função disto, o Partido Socialista vai-se abster neste ponto da ordem
de trabalhos
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra a senhora deputada independente, Teresa Campos
<b>DEPUTADA IND – Teresa Campos –</b> Excelentíssimo Presidente da Assembleia
Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
restante Vereação, Senhoras e Senhores Deputados, Minha Senhoras e Meus
Senhores
Todos sabemos que a EMEC está económica e financeiramente
desequilibrada, há muitos anos!
E para ultrapassarmos esta dramática situação, o concelho de
administração da empresa, em sintonia com o seu parceiro único detentor de
capital social (o município de Barcelos), encomendou um Plano Estratégico para
o reequilíbrio Económico-Financeiro dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e
sete
Entretanto, o seu relatório, foi apresentado e discutido nas instalações da
EMEC, no passado dia dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e quatro
Para além do executivo municipal, o presidente do conselho de
administração da empresa, convidou todas as forças políticas com representação
no órgão deliberativo do município, a Assembleia Municipal, onde, naturalmente,
o BTF se fez representar
Apresentado o relatório e finda a discussão, foi feito um desafio e um
pedido a todos os representantes nos órgãos autárquicos do município, para
elaborarem um apreciação crítica com eventuais contributos para aplicação, num



futuro próximofuturo próximo
O BTF apresentou sugestões e deu contributos para dar à EMEC
estabilidade no seu normal funcionamento e na prestação de um serviço público
de qualidade e correspondente tranquilidade aos seus trabalhadores e alunos
Já agora, e para garantir a paz social e tranquilidade aos seus
trabalhadores, na discussão sobre o relatório, nunca foi colocada a hipótese quer
pelo executivo municipal, na pessoa do seu presidente, quer por todos os
presentes, sobre a intenção de reduzir duzentos mil euros por ano nos custos
operacionais, diretamente ligados ao despedimento de trabalhadores
Posso aqui afirmar, categoricamente, que todo o alarido feito à volta da
suposta intenção é totalmente falso!
Aliás, qualquer um de nós sabe que um desequilíbrio económico e
financeiro, pode ser corrigido com a diminuição dos custos ou o aumento dos
proveitos (verdade de La Palisse)
Aqui chegados, votaremos favoravelmente o presente contrato-programa,
conforme o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local, em sintonia com outros
documentos previsionais de contas já apresentados, em tempo
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhora deputada, muito obrigado
Tem agora a palavra o senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de
Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso –</b> Muito obrigado, senhor presidente
Se me permite, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem
nos assiste via web
Na verdade, esta questão da comparticipação e dos contratos-programa
entre o município e a EMEC já é um ritual. Ou seja, já são longos anos que é
evidente que o Bloco de Esquerda diz o mesmo que sempre disse, e a posição das



# diferentes Câmaras Municipais tem sido a mesma do que sempre disseram.----------Portanto, temos posições contrárias, opostas, não vale a pena estar aqui com meias medidas, por assim dizer, sobre esta situação.-----------Mas queria argumentar porque é que continuamos a ser contra a existência. É que não encontro uma razão, sinceramente, e gostava que me dessem essas razões. Porque é que continua a existir esta situação? Porque é que se mantém?----------Eu não tenho nada contra a empresa. Não estou de acordo politicamente com a criação de empresas municipais, mas isso é por uma questão de princípios.-------Mas, não é propriamente a empresa que está em causa, é o que é que ela rende!----------Este rendimento não é um rendimento económico. Eu não quero que uma escola de tecnologia, não quero que as AECs deem lucro! Não é para isso, é evidente!-----------Mas qual é a razão de ser que justifica o investimento que se faz? De que forma é que há de algum proveito com esse mesmo investimento? O que me parece, que os números e os dados assim o mostram, ainda há pouco tempo foi referido aqui pelo senhor deputado do Partido Socialista a questão do estudo e dos dados do estudo, e gostaria realmente de saber se a Câmara Municipal se revê neste estudo? Se tem algumas questões que acompanhe ou que conteste!-------Mas é precisamente esta questão, sabe? Este protocolo até tem uma coisa engraçada. Diz, por exemplo, numa parte do museu de Chavão, tem lá uma coisa que tem uma certa piada, no museu etnográfico: "número de visitantes" e não tem qualquer informação. Depois diz: "objetivos: mais vinte e cinco por cento". Será mais vinte e cinco por cento do zero que não tem, digo eu! Será essa a dedução!----------Portanto, há aqui um conjunto de informações que pecam por



credibilidade numa perspetiva política
E depois acresce ainda uma questão, sabe? É que para além do que já tem
sido dito e que nós temos dito todos os anos, há um facto novo, que me parece,
pelo menos, que não era tão visível: é que há um mal-estar no corpo docente,
nos professores, nos funcionários. Há algumas contratações, segundo
informações que obtive, que não se percebem muito bem para que exercício de
cargo
E, por isso, isto cria um conjunto de situações que acresce ao problema
que já existe e que é por demais evidente
E, por isso, nós votaremos, como sempre temos feito, contra esta proposta
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado
Tem agora a palavra do senhor deputado Paulo Alves, do Partido Social
Democrata
<b>DEPUTADO DO PSD – Paulo Alves –</b> Boa noite
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos,
Senhora e Senhor Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara
Municipal de Barcelos, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos
Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, Caros Colegas Deputados
Municipais, Comunicação Social, Público aqui presente e também quem nos
assiste lá em casa
Mais uma vez, esta Assembleia Municipal discute e vota um programa
essencial para a Empresa Municipal de Educação e Cultura
Este não é um mero documento técnico ou uma formalidade burocrática,
trata-se de um plano estratégico com visão e objetivos claros, que assegura a
sustentabilidade e o crescimento da EMEC nos próximos anos



# -----Porque consideramos que as áreas de ação da EMEC são pilares fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho.-----------Mas, mais uma vez, assiste-se aqui a um triste espetáculo da demagogia política de algumas forças políticas que aqui me antecederam. Sim, porque importa reforçar que o plano de reequilíbrio financeiro, o plano estratégico vinte e quatro - vinte e sete, o modelo de negócios e a matriz de indicadores foram abertamente discutidos numa sessão aberta à participação de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, no passado dia dezasseis de dezembro.----------Era um momento fundamental para esclarecer dúvidas, apresentar propostas e contribuir para o futuro da EMEC. No entanto, apenas uma força da oposição compareceu, demonstrando assim que algumas das forças que aqui me antecederam são, enfim, um poço vazio de ideias e cheio de críticas.----------No nosso entender, devem honrar a confiança que os barcelenses depositaram em vocês para cá estarem e devem fazer um bocadinho melhor. No mínimo, aparecer. Mas ainda vão a tempo, ainda podem, até ao final deste mês, submeter as vossas propostas relativas a estes quatro pontos que referi.-----------Pego no mote que o senhor presidente aqui deixou ontem, se não me engano, relativamente ao plano pormenor do hospital de Barcelos, e reforço que é importante a vossa participação. Agora, não digam que não sabiam!-----------Este executivo e esta administração trabalham para garantir que a EMEC continua a ser sustentável e inovadora. O plano de reequilíbrio financeiro assegura um modelo de gestão equilibrado. O plano estratégico vinte e quatro/ vinte e sete aponta um rumo concreto, com metas definidas. O modelo de negócios promove uma gestão mais eficiente e a matriz de indicadores permite medir, acompanhar e melhorar continuamente o desempenho desta empresa.-------Este contrato-programa representa a garantia de que Barcelos continua a



apostar na educação, cerca de setenta e cinco por cento da verba do contrato-
programa, e na cultura, com os restantes vinte e cinco por cento
Uma aposta feita com seriedade e compromisso
E, pelo exposto, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Senhor presidente da Câmara tenha a bondade para fazer a sua
intervenção
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Em si, renovo os cumprimentos a todas e a todos
Naturalmente que, uma vez mais, assistimos a um deslocar da discussão
do que era o centro deste ponto da ordem desta proposta, que é o contrato-
programa entre o município de Barcelos e a Empresa Municipal de Educação e
Cultura
O contrato-programa é um instrumento que permite dar corpo e músculo
à empresa, nomeadamente definindo que tipo de atividades e que tipo de apoios
a Câmara poderá dar em contrapartida a alguns serviços e alguma atividade que
a própria empresa deverá faze-lo
Mas eu não me furto a essas questões que foram aqui levantadas
Naturalmente que o senhor deputado Joaquim Barbosa, se fosse sério,
diria que comparar a Profitecla com a EMEC não é da forma como o fez. Tinha
que dizer, para ser sério, e estar de acordo com a tabela que disse, que a
Profitecla está presente em oito concelhos. A EMEC está só em Barcelos
E, portanto, fazer a comparação entre estas duas não é sério. Ou, pelo
menos, teria sido correto dizê-lo, que há circunstâncias diferentes e, havendo
circunstâncias diferentes, os resultados também tendem a ser diferentes
Portanto, é o primeiro ponto



# -----O segundo: se eu me revejo no estudo?! O estudo é um instrumento de trabalho. Eu revejo-me é na possibilidade e na ambição que a EMEC tem e que os centros tecnológicos, aos quais se candidatou e foram aprovados, podem ser uma mola de desenvolvimento. O estudo é um instrumento de gestão e é um instrumento importante.----------Este executivo – e quando digo este executivo, na sua globalidade – porque houve propostas, nomeadamente do senhor vereador Horácio Barra, que, numa reunião da assembleia geral, sugeriu um estudo mais aprofundado à própria direção da EMEC e ao conselho de administração da EMEC. Assim foi feito e foi divulgado por todos os partidos políticos, mesmo aqueles que não se fizeram representar na sessão de esclarecimento e na apresentação pública daquele documento, e por todos os funcionários da EMEC, para mostrar transparência e total abertura.----------Solicitando a todos – partidos políticos, forças políticas, funcionários, professores e todos os envolvidos na EMEC – que apresentassem contributos e sugestões.----------O senhor deputado Paulo Alves já o fez, e eu ia exatamente fazer isso: dizer que têm até ao final do mês para apresentar sugestões e propostas. Se estão tão preocupados, se leram tão bem o estudo, naturalmente têm propostas. O PSD já apresentou as suas propostas. Soube também que agora o BTF também já apresentou.----------Espero que todos apresentem, porque, se nós acreditamos e queremos que a EMEC esteja mais pujante, queremos ter mais alunos a estudar e queremos ir ao encontro das necessidades, quer do tecido empresarial, quer dos nossos jovens, então temos que dar propostas. E as propostas têm que ser, naturalmente, consolidadas.----------Quanto à questão sim/não de haver desconforto nos professores, na



classe docente, sinceramente não sei. Terei oportunidade de falar com o senhoi
presidente do conselho de administração para perceber isso
Naturalmente que este estudo e o impacto que teve em alguma
comunicação social desinformada, que criou um alarme público de que ia havei
despedimentos, criam sempre desconforto
Ninguém gosta de perceber que a situação está com esse melindre
Não vai haver despedimentos nenhuns. Não vai haver o encerramento da
EMEC, nem da escola profissional
Portanto, espero que estas palavras acalmem os eventuais
desassossegados, para que não hajaporque há propostas concretas que nós
podemos efetivamente desenvolver, para ir ao encontro de uma EMEC mais
robusta, mais pujante e com melhores resultados
Por isso é que nós, paulatinamente, temos atribuído mais funções, mais
atividades à EMEC, para efetivamente ter outra atitude e ter outra fonte de
receitas. Uma forma de nós podermos dar à EMEC mais corpo, mais músculo, é
através dos contratos-programa
É o que estamos a fazer! Dando mais atividades e mais tarefas
Dessa forma, estamos a conseguir que a EMEC tenha, naturalmente, um
futuro mais risonho, que é o que nós esperamos
Mas conto, sinceramente, com os vossos contributos, e que sejam
criativos, e sejam arrojados e sejam ambiciosos, para que possamos seguir e
trilhar esse caminhotrilhar esse caminho
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Sim, faz favor, senhor deputado!
Em que é que a sua honra foi ofendida?
Tenha a bondade, pode então fazer a sua defesa. Três minutos, por favor.



<b>DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa –</b> Muito boa noite a todos
Na pessoa do senhor presidente da Assembleia, cumprimento todos os
presentes
O senhor presidente da Câmara utilizou exatamente a expressão "se eu
fosse sério", "se o deputado Joaquim Barbosa fosse sério", e tudo isto
simplesmente a respeito da citação de um ranking das escolas profissionais do
concelho de Barcelos, pasme-se
Senhor presidente da Câmara, toda a minha intervenção foi feita a partir
do próprio estudo
Li-o de fio a pavio
E o estudo, em si mesmo, contempla desafios tremendos para o órgão de
gestão da EMEC e para o município. Mas o estudo aponta um caminho para
assegurar, eventualmente, a viabilidade da empresa, com muitas atividades
próprias de um problema que é muito profundo
E, portanto, o que vimos aqui é que, afinal, o estudo não passa de um
conjunto de princípios e temos muitas dúvidas se, inclusivamente, ele vai ser
implementado
A questão é que o município e o órgão de gestão da EMEC não têm outro
estudo, têm este
E o estudo contempla, objetivamente – e daí as nossas perguntas, que
julgo que são pertinentes –, cortes profundos como a única forma de assegurar a
viabilidade da EMEC, e já no imediato, já neste ano letivo, já em dois mil e vinte
e cinco. E daí as nossas perguntas, para percebermos qual é o conforto ou
desconforto que o município sente perante este estudo
Quanto à questão dos contributos, nós estivemos presentes e
agradecemos o convite e, portanto, a apresentação do estudo é positiva. E não
nos recordamos que tenham sido nedidos contributos



A nossa análise, senhor presidente, é essencialmente de natureza política
Não entendemos que faça qualquer sentido darmos contributos para um
estudo de natureza eminentemente técnica e académica. E, portanto, o nosso
plano de discussão é a nível político, foi isso que acabámos de fazer aqui
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado
Senhor presidente da Câmara quer dar explicações?
PRESIDENTE DA CÂMARA – Com certeza
Renovo os cumprimentos ao senhor presidente e, em si, a todos os
presentes
Naturalmente, o que eu referi e retiro, porque não é o meu timbre. O que
não foi a sério foi a sua afirmação, não é o senhor, naturalmente. Peço desculpa
por isso, "não me caem os parentes na lama"
Mas a sua afirmação continua a não ser séria, porque a Profitecla está
presente em oito concelhos e, portanto, esse ranking reflete essa realidade e não
a realidade local, apenas e só
Quanto à questão, o estudo foi efetivamente concretizado e aponta alguns
sinais de preocupação, que todos nós já conhecíamos. Agora, não sabíamos, em
rigor, o que é que estava ali a criar, e a principal dificuldade é, efetivamente, a
falta de alunosfalta de alunos
Portanto, nós temos de tornar a escola mais atrativa, temos que criar mais
cursos e temos que fazer parcerias
Naturalmente, uma das propostas que eu posso já avançar, que nós
desenvolvemos, é efetivamente fazer parcerias com o tecido empresarial, fazer
parcerias com o IPCA, fazer parcerias com a Cooperativa Agrícola. Para que se
possam efetivamente criar cursos que vão ao encontro das necessidades, quer
das empresas, quer dos empresários agrícolas, no sentido de encontrarmos



# respostas e as ferramentas certas para que os alunos possam efetivamente encontrar uma saída profissional.-----------Há dois dados que são importantes e o senhor também, se leu de fio a pavio, recordar-se-á: o nível de empregabilidade dos alunos saídos da EMEC é absolutamente notável, mais de oitenta por cento. O que quer dizer que todo o estudo que lá é feito, ou todo o ensino que lá é ministrado, tem qualidade e tem aceitação no mercado de trabalho.-----------Mas aconteceu uma realidade algures entre dois mil e doze e dois mil e treze, em que as escolas públicas tiveram a possibilidade de ampliar o seu cardápio de oferta profissional, naturalmente reduzindo a atratividade da escola profissional. Havendo mais oferta e oferta mais diversificada, naturalmente que reparte o potencial de clientes para vários espaços.-----------Não há nenhuma escola secundária do concelho de Barcelos que não tenha o seu ensino profissional.----------Naturalmente, havendo uma sequencialidade de ensino, os alunos são encaminhados para esses cursos, dificultando a outras realidades, como é a Escola de Tecnologia e Gestão.-----------A Escola de Tecnologia e Gestão tem que se reinventar. Como? Como e está a fazê-lo com o esforço financeiro que foi candidatado e financiado por fundos PRR para dois centros tecnológicos, que vão permitir ampliar a oferta formativa e vão, naturalmente, dar uma resposta mais robusta às necessidades da própria empresa.-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA –** Muito obrigado, então, senhor presidente.-----------Muito obrigado, ficou perfeitamente esclarecida a questão da defesa da honra.-----------Vamos então passar à votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa



Municipal de Educação e Cultura de Barcelos
Quem vota contra esta proposta da Câmara Municipal?
Quem se abstém?
Podem-se sentar
Quem vota a favor?
Podem-se sentar, por favor
A proposta da Câmara está aprovada
Um voto contra, do Bloco de Esquerda; vinte e uma abstenções (vinte PS
um PCP); e oitenta e cinco votos a favor (vinte e cinco PS, trinta e um PSD, dois
CH, um TB, dois CDS-PP, vinte e quatro IND), totaliza oitenta e cinco
Está então esta proposta constante do ponto dez da ordem de trabalhos
aprovada
Ponto onze da ordem de trabalhos: Discussão e votação da proposta da
Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cristelo e
respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento Um do Plano Diretor
Municipal (processo camarário oitocentos e seis barra senta e nove-R)
Inscrições para este ponto!
Não há inscrições
Senhor presidente da Câmara, deseja intervir?
Não deseja intervir. Vamos então passar de imediato à votação
Quem vota contra esta proposta?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Duas abstenções do BE e uma do PCP)
A proposta foi aprovada
Teve duas abstenções, do Bloco de Esquerda e do uma do Partido
Comunista Português e a favor cento e sete votos (quarenta e cinco PS, trinta e



dois PSD, dois CH, um TB, dois CDS-PP e vinte e cinco IND)
Ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é o ponto doze: Discussão e
votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a
constituição da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, bem como a
aprovação dos respetivos estatutos
Inscrições para este ponto!
Não há ninguém
Portanto, o senhor presidente da Câmara deseja intervir sobre este
ponto?
Também, não!
Então vamos passar diretamente para a votação da proposta da Câmara
que acabei de ler, que é: autorização para a constituição da Associação de
Municípios Portugueses do Cavalo, bem como a aprovação dos respetivos
estatutos
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Uma do Bloco de Esquerda)
Portanto, está aprovado por maioria
Proposta aprovada
Então, como eu enunciei: uma abstenção do Bloco de Esquerda. Cento e
oito votos a favor (quarenta e cinco PS, trinta e dois PSD, dois CH, um TB, dois
CDS-PP, um PCP e vinte e cinco IND)
Vamos passar ao ponto da ordem de trabalhos que é o décimo terceiro:
Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para
a adesão do Município de Barcelos à Associação de Turismo do Porto e Norte de
Portugal



Inscrições para este ponto treze da ordem de trabalhos!
O senhor presidente da Câmara deseja intervir?
Também não
Então vamos passar diretamente para à votação
Proposta da ordem de trabalhos: para a adesão do Município de Barcelos
à Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
Então estamos aqui com a aprovação por unanimidade
Esta unanimidade consolidou-se com: quarenta e cinco votos do PS, trinta
e dois do PSD, dois Chega, um Todos Barcelos, dois CDS-PP, um BE, um PCP e vinte
e seis IND
Ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é o décimo quarto: Discussão
e votação da proposta da Câmara Municipal referente à composição do júri de
recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de segundo grau de
Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, a prover na autarquia
Inscrições para este ponto!
Não há inscrições
O senhor presidente da Câmara deseja intervir?
Também não
Vamos passar diretamente para a votação
Quem vota contra esta proposta da Câmara Municipal?
(Ninguém)
Quem se abstém?
Podem-se sentar, por favor
Proposta foi aprovada com quinze abstenções (catorze do PS, uma BE) e



noventa e seis votos a favor (trinta e cinco PS, trinta e dois PSD, dois CH, um TB,
dois CDS-PP, um PCP e vinte e sete IND)
Vamos entrar no último ponto da ordem de trabalhos que é: Apreciação
da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade
desta e da situação financeira do município
Pedia então aos grupos municipais que se inscrevessem, por favor
Duas inscrições, por agora
Uma do grupo municipal do Bloco de Esquerda a outra do grupo municipal
do Partido Socialista
Portanto, estão encerradas as inscrições
Senhor deputado José Maria Cardoso, do Bloco de Esquerda
<b>DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso –</b> Muito obrigado, senhor presidente
Novamente, na sua pessoa, se me permite, cumprimento todos os
presentes e quem me acompanha via web
E, já agora, faço uma solicitação: dado que só há duas inscrições, pode
aumentar o tempo aos inscritos, portanto, para compensar um pouco a falta de
inscrições!
De uma forma mais ou menos telegráfica, quatro ou cinco questões que
gostava de colocar
Uma primeira sobre o documento em que fala sobre valores atribuídos aos
grupos de teatro, e vejo uma diferença que vai desde vinte e cinco mil até mil e
duzentos euros
Portanto, gostaria de ter uma explicação
Qual o critério? E porque é que há uma diferença tão grande entre esta
subsidiação aos grupos de teatro?
Já algumas vezes trouxe aqui a esta Assembleia este problema e esta
questão, mais uma vez: Ponte dos Morgados, na Freguesia de Durrães. Gostava



de saber qual é o ponto de situação, sabendo que houve já uma reunião entre a
Câmara de Barcelos e de Viana do Castelo
Gostaria de saber se há mais algum desenvolvimento nessas conversações
ou o que é que há de concreto sobre esta situação
No dia seis de fevereiro enviámos diretamente ao senhor presidente –
enviámos, Bloco de Esquerda – um documento a perguntar sobre o registo e
comunicação à Autoridade Tributária de prédios devolutos, em ruínas ou
degradados no nosso concelho e, particularmente, na cidade
Gostávamos de saber se tem alguma informação neste sentido
Na passada semana reunimos com a direção atual do Núcleo Desportivo
"Os Andorinhas" e foi-nos transmitida uma preocupação que me parece muito
legítima e, de certa forma, preocupante – passa a redundância –, que é a possível
perda de terreno e das instalações onde exercem atividade desportiva
Há um documento acordado pela Câmara Municipal de então, dois mil e
um, provavelmente, o senhor presidente faria parte desse elenco governativo à
altura, e talvez até com o pelouro do desporto, e por isso, é onde a Câmara se
compromete a intermediar e a assegurar a doação de terrenos ao clube de vinte
mil metros quadrados
Como há aqui um acordo de assunção política, parece-nos ser significativo
e importante haver uma opinião política da parte da Câmara Municipal e não um
desviar para qualquer litígio judicial, porque não é disso que se trata e não nos
parece que tenha qualquer interesse fazer com que assim aconteça
Por fim, esta semana fomos surpreendidos com um panfleto que estava
afixado em algumas portas de entrada de prédios na Avenida João Duarte, em
que colocava a questão numa perspetiva que consideramos discriminação social
de exclusão étnica
Um abaixo-assinado contra a entrega de duas casas a famílias de etnia



cigana. Ainda para mais, acresce o facto – e aqui é mais gravoso ainda – do
presidente da Junta ser referido como um possível subscritor e a Junta de
Freguesia apoiar este protesto
Portanto, gostaríamos de auscultar e de ouvir a opinião
Já fizemos essa pergunta ao senhor presidente da Câmara também
diretamente e gostaríamos de perceber qual é a sua opinião sobre tal situação
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Tem a palavra o senhor deputado Carlos Dantas, do grupo municipal do
Partido Socialista
<b>DEPUTADO DO PS – Carlos Dantas –</b> Senhor presidente, na sua figura queria
cumprimentar todos os presentes
Diretamente direcionada para o senhor presidente da Câmara, queria-lhe
fazer aqui uma série de questões
Uma delas queria já esclarecer, que acho – eu fico um bocadinho
incomodado em ver colegas meus a virem falar de realidades que não conhecem
Eles podem falar da sua freguesia, da dos outros, não
Rio Covo Santa Eugénia, até à data de hoje, desde dois mil e vinte e um,
recebeu do município cento e dez mil duzentos e vinte e nove euros
Falou-se aqui na escola, ficamos imensamente agradecidos – já tive a
oportunidade de dizer ao senhor presidente – por fazer essa requalificação. Mas,
ainda ontem, ouvi falar em onze escolas que iam ser requalificadas. Essas
freguesias, de certeza, que recebem dinheiro na mesma
Depois, queria também falar que esta falta de atribuição de verbas não nos
permite fazer intervenções estruturantes na freguesia. Como o senhor presidente
da Câmara também falou ontem, sem financiamento não é possível fazer-se obra.
E queria precisamente fazer a chamada de atenção para esses aspetos



Depois, relacionado com o nó de Santa Eugénia: o nó de Santa Eugénia é
uma obra estruturante para o concelho, mas à freguesia não faz nada. Ou seja,
não pode circular um peão pela estrada fora, não tem um acesso interno à
freguesia
Portanto, à freguesia não faz nada, ao concelho pode fazer muito, e eu sei
que faz, mas à freguesia não serve para nada
Quanto ao nó de Santa Eugénia, também importante – eu já tive
oportunidade de falar – as drenagens na urbanização do Pinheiro da freguesia
não têm capacidade. As drenagens das águas pluviais não têm capacidade para o
escoamento da água
Foi-me falado pelos serviços municipais que esse problema, foi
identificado em dois mil e vinte e dois, que iria ser enquadrado na futura obra do
nó de Santa Eugénia. Eu vejo que nada está a ser feito. Queria perguntar
diretamente ao senhor presidente se vão trabalhar nesse assunto?
Outra questão: a rede viária vai ser requalificada até à recauchutagem
Ramôa? Dali para a frente, até à rotunda do E.Leclerc, vai ser feita alguma coisa?
É a questão que eu também quero colocar
Depois, no "Novos Caminhos", Rio Covo Santa Eugénia tinha sete
caminhos identificados como em terra batida, validados previamente. Só depois
é que fizemos o pedido de orçamentos e o levantamento topográfico. Só nos foi
atribuída a verba para um caminho
Vai ser atribuída verba para os restantes caminhos?
São estas as questões que eu queria colocar ao senhor presidente, com
respeito e consideração
Tenho dito
Obrigado



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Senhor presidente da Câmara, então, para responder, tem quinze minutos,
tempo global
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Renovo os cumprimentos a todos na sua pessoa
Começando pelo senhor deputado José Maria Cardoso, os valores
atribuídos aos grupos de teatro, a senhora vereadora irá dar uma explicação. Eu
passo já a palavra à senhora vereadora. Se não se importa, vou responder às
outras questões e depois deixo a resposta relativamente aos critérios de
atribuição aos grupos de teatro à senhora vereadora da Cultura
Quanto à ponte de Durrães, naturalmente que já houve essa reunião, está
a ser feito o projeto e vai ser executado em parceria entre a Câmara de Barcelos
e a Câmara de Viana do Castelo, porque efetivamente está detetada essa
necessidade
Quanto à resposta ao Bloco de Esquerda, não tenho presente se já foi
enviada se não. Tomei nota e vou ver amanhã se já foi respondido e, se não foi,
tentar agilizar a resposta o mais rapidamente possível
Vou deixar "O Andorinhas" para o fim
Relativamente ao abaixo-assinado, eu já o disse aqui, afirmei, que não faço
qualquer tipo de discriminação, nem étnica, racial, religiosa, política ou de
qualquer outra ordem
Recebemos efetivamente um abaixo-assinado de vinte páginas de uma
realidade – que já não é a primeira vez que acontece – de situações que aparecem
do nada
A Câmara ali não tem habitações. Ali existem habitações do IHRU, e não
alojámos ou realojámos ninguém nessas habitações. Portanto, estranhamos toda
esta situação



Quando que se fala em habitação social, vem sempre ao de cima este tipo
de preocupações. O que me parece é que a nossa sociedade tem, claramente, de
ter uma postura diferente para todos aqueles que vivem em condições menos
dignas e, portanto, têm que ser naturalmente realojadas e de ter condições
dignas para viver
Não percebo o abaixo-assinado, uma vez que a Câmara não colocou nem
disponibilizou qualquer espaço, porque não temos lá esses espaços
Quanto à questão do "Andorinhas", na verdade, eu era vereador do
Desporto em dois mil e um, com muito gosto, e, na altura, foi feito um acordo
tripartido entre a Câmara, o Núcleo Desportivo "O Andorinhas" e os proprietários
de uma empresa imobiliária, e que o "Andorinhas" cedia o seu espaço, os
proprietários doavam ao "Andorinhas" uma parcela do terreno e a Câmara
desenvolvia esforços no sentido de encontrar uma resposta
Eu saí em dois mil e cinco e regressei em dois mil e vinte e um e, nesse
período, nada foi feito
Tive dois contactos com a nova direção do Núcleo "Andorinhas", inclusive,
questionei o senhor deputado Manuel Mota, que é presidente da Assembleia
Geral, estranhando que, tendo ele estado na Câmara, sendo de Arcozelo, ex-
presidente da Junta de Arcozelo e vereador do Desporto, não ter havido nenhum
desenvolvimento relativamente ao campo do "Andorinhas"
Agora, regressa e estamos cá para resolver e, naturalmente, iremos –
como temos feito em todo o concelho – melhorar as condições e requalificar os
espaços desportivos
Nós já fizemos requalificações e arrelvamento em mais de dez freguesias.
Portanto, por maioria de razão, até porque eu também sou de Arcozelo e gosto
do "Andorinhas" – joguei lá muitas vezes, não como atleta do "Andorinhas", mas
como atleta do Gil Vicente – tenho carinho pelo Núcleo Desportivo "O



Andorinhas"
Existe, desde julho de dois mil e vinte e um, pedido de licenciamento para
fazer lá um conjunto de espaços que eu agora estava a procurar para não falhar
na informação. São dez lotes para habitação multifamiliar, comércio, serviços e
um posto de abastecimento de combustíveis, em nome da "Euro Barcelos
Sociedade Imobiliária. SA"
Este processo foi iniciado em vinte e nove do sete de dois mil e vinte e um.
Depois, com o ataque informático de três do dez de dois mil e vinte e dois,
perderam-se todos os ficheiros e foi solicitada à empresa que reativasse os
instrumentos para novamente submeter o processo
Eles meteram um ano depois, em dezassete do oito de vinte e três, tendo
a Câmara respondido relativamente à recuperação dos ficheiros e relativamente
aos ofícios em doze do oito de vinte e quatro
Estamos agora à espera da resposta a todas as questões colocadas pelo
município, pelos serviços municipais. Decorre deste licenciamento que uma das
componentes para poder ser licenciado é a disponibilização de um espaço onde
possa ser enquadrado um novo campo do "Andorinhas"
Será uma realidade a curto prazo, quando esta questão do licenciamento
estiver concluída. Logo após a reunião, como prometi à direção do Núcleo do
"Andorinhas", pedi para marcarem uma reunião com a empresa. Está agendada
para o dia dez de março, para percebermos qual é a verdadeira intenção da
sociedade imobiliária e se podem agilizar, desde já, o espaço disponível para o
Grupo Desportivo "O Andorinhas"
Naturalmente, que iremos – como temos feito com todos os outros
espaços desportivos – corresponder aos anseios e às necessidades da população
e da coletividade
Passava gora então à senhora vereadora da cultura, se faz favor



VEREADORA DO BTF – Elisa Braga – Muito obrigada, senhor presidente
Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária e
Senhor Secretário, Presidente da Câmara, Ilustres e Distintos Colegas Vereadores,
Público e aqui os Membros da Assembleia
Para esclarecimento ao doutor José Maria Cardoso, ao senhor deputado,
quero-lhe dizer que existem, efetivamente, essas diferenças, e observou bem
Essencialmente, temos a "Capoeira". Nós temos cerca de dez grupos de
teatro, e um deles é profissional: é a "A Capoeira" e é a companhia residente no
Teatro Gil Vicente, que nos proporciona tudo que é atividade das férias escolares
e do serviço educativo
O teatro vai às escolas, são cinquenta atuações por ano, que "A Capoeira"
realiza. Muitas vezes, este número é inferior e é pouco, é parco em relação a
todos os pedidos que temos por parte das escolas e todas as atividades
"A Capoeira" faz essas cinquenta atuações, e é, efetivamente, esse
número que referiu. São os vinte e cinco mil euros
Depois, nós temos companhias de teatro amador. A companhia de teatro,
a seguir, que tem uma verba superior são os "Balugas", que participam todos os
anos, sistematicamente, em festivais nacionais e internacionais. Realizam
também um festival de língua aqui em Barcelos, no Teatro Gil Vicente – um
festival que é internacional de línguas minoritárias, sob a designação,
inclusivamente, da UNESCO
Portanto, os "Balugas" aqui têm um valor que normalmente é estudado
mesmo com eles, para lhes podermos atribuir e podermos realizar este festival
de teatro
Se há coisa que prezo é todo o trabalho que os nossos grupos de teatro
amador realizam. Mas, muitas vezes, são os próprios grupos de teatro que não
têm canacidade para conseguir realizar mais espetáculos. Vamos discutindo caso



# a caso com eles, com cada um individualmente, a capacidade que têm de produção das próprias peças e, depois, de atuações.----------O número de atuações e o valor nós nivelamos pelo número das atuações, mas a quantidade de espetáculos que podem facultar ao município ao longo do ano é sempre estudada com cada uma dessas associações. São associações! Portanto, são pessoas que trabalham normalmente e que, depois só podem realizar os espetáculos ao fim de semana.----------Portanto, há sempre algumas dificuldades para conseguirem realizar esses espetáculos.----------Posso-lhe dizer que, pontualmente, os grupos de teatro fazem propostas ao município, muitas vezes com a realização de outros festivais. Realização e participação, e são vistos pontualmente e, muitas vezes temos de fazer algumas alterações aos próprios protocolos que fazemos com as associações, e são atribuídas verbas especificamente para determinada situação.----------Quero só deixar aqui mais uma nota, que é o seguinte: nós temos uma capacidade enorme de mobilização destes grupos de teatro. Quero lembrar, mais uma vez, o que foi o ano passado, portanto, o desfile que nós fizemos o ano passado, do vinte e cinco de abril, a recriação do vinte e cinco de abril que foi feito em Barcelos.----------Foram momentos extraordinários, digo eu, de uma dedicação enorme por parte de todos os grupos de teatro. Nesses momentos, podemos observar que, realmente, os grupos de teatro estão extremamente ativos, e querem participar e estão sistematicamente a querer trazer novos contributos para o teatro amador.----------Posso-lhe dizer que, este ano, vamos ter o centenário do Teatro da Ucha. E aqui vamos ter um momento muito especial, com a criação de peças, e aqui



também vai haver uma dotação especial para o teatro da Ucha
Senhor presidente, muito obrigada pelo tempo que me dispensou
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado pela excelente explicação e
justificaçãojustificação
Queria cumprimentar o senhor presidente da Junta de Rio Côvo Santa
Eugénia, dizendo-lhe que, efetivamente, ainda bem que veio esclarecer uma
coisa que eu ando a dizer há muito tempo. Se, em três anos, recebeu cento e
vinte e cinco mil euros e, para além dos duzentos por cento do FEF, quer dizer
que, sendo o seu FEF cerca de quarenta mil, são trinta e nove mil quinhentos e
qualquer coisa por ano. Em três anos, teve efetivamente mais um FEF, aqui, que
eu me tinha comprometido. Sempre aqui disse que em todas as juntas de
freguesia e uniões de freguesia iam receber, e é o nosso compromisso eleitoral
que o concretizamos, com a exceção de Arcozelo. Volto a dizê-lo, e efetivamente
foi cumprido este ano. Poderá ainda ser contemplado até ao final do ano, com
mais quarenta mil euros, que vai exatamente bater naquele equilíbrio que foi a nossa promessa eleitoral
Mas, para além disso, como disse, vai ter uma escola. Ontem, enunciei
onze escolas "P três". A sua escola tem uma tipologia diferente, é uma escola PC
(Plano Centenário), que tem uma tipologia diferente, e só a sua e Vila Boa é que
irão estar ao lado das escolas "P três", que vão ser todas beneficiadas com este
programa de beneficiação de eficiência energética
Para além disso, como disse, para além do fecho da circular, vai ser
contemplada a rua do Pinheiro e toda a malha que está adjacente, permitindo
claramente que todo aquele miolo fique com condições que, neste momento,
não tem, para poder ter uma freguesia, aquele centro nevrálgico, com condições
e com uma pavimentação adequada
Portanto, julgo que estamos a equilibrar e, ainda bem que veio aqui e, com



clareza, transparência e rigor, disse a verba que nós atribuímos, porque de
alguma maneira também valida tudo o que eu tenho dito e valida o nosso
compromisso eleitoral
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Acabou o debate no ponto quinze e íamos agora dar execução imediata à
deliberações tomadas. Vou propor a aprovação da ata em minuta
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Portanto, está aprovada a ata em minuta, por unanimidade
Portanto, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores
senhoras e senhores deputados, muito obrigado pela vossa atenção e
participação nesta Assembleia Municipal
Está encerrada a sessão
A sessão terminou às vinte e duas horas e cinquenta minutos do dia vinte
e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Daniela Santos Marques
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidento
da Assembleia
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
(Formando Cantos Darairo, Dr.)
(Fernando Santos Pereira, Dr.)



# A TÉCNICA SUPERIOR (Daniela Santos Marques, Dra.)

-----Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do TB relativas aos pontos:-------Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara a solicitar: a) autorização para a aquisição de 74 fogos habitacionais, ao abrigo da 2º Oferta Pública de Aquisição de imóveis no âmbito do Programa 1º Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-CO2-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Aviso de Publicitação 2º Republicação n.º 01/CO2i01/2021 – Componente 02 – Habitação; b) aprovação das peças referentes à 2ª Oferta Pública de Aquisição, designadamente programa/caderno de encargos e edital; c) delegação na Câmara Municipal das competências para a concretização de todos os procedimentos conducentes até à conclusão da 2º Oferta Pública de Aquisição;-----------Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a constituição da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, bem como a aprovação dos respetivos estatutos;----------Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal.



## ÍNDICE

Ata n.º 36 de 25 de fevereiro de 2025

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
04	Período da ordem do dia
19	Discussão e votação da proposta da Câmara a solicitar: a) autorização para a aquisição de 74 fogos habitacionais, ao abrigo da 2ª Oferta Pública de Aquisição de imóveis no âmbito do Programa 1º Direito / Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Investimento RE-CO2-i01 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – Aviso de Publicitação 2ª Republicação n.º 01/CO2-i01/2021 – Componente 02 – Habitação; b) aprovação das peças referentes à 2ª Oferta Pública de Aquisição, designadamente programa/caderno de encargos e edital; c) delegação na Câmara Municipal das competências para a concretização de todos os procedimentos conducentes até à conclusão da 2ª Oferta Pública de Aquisição
26	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias do concelho de Barcelos
39	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cristelo e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 806/79-R)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a constituição da Associação de Municípios Portugueses do Cavalo, bem como a aprovação dos respetivos estatutos
42	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a adesão do Município de Barcelos à Associação de Turismo do Porto e Norte de Portugal
42	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente à composição do júri de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, a prover na autarquia
43	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município